



## **Plantar, cuidar, agroflorestar: a cadeia produtiva do açaí *Juçara (Euterpe edulis)* no litoral norte do RS**

*Planting, caring, agroforestry: the açaí Juçara (Euterpe edulis) production chain on the north coast of RS*

DORNELLES, Carla Patrícia Noronha<sup>1</sup>; VIEIRA, Anelise Becker<sup>2</sup>; VIEIRA, Marcelo<sup>3</sup>; GARCIA, Gabriela Viero<sup>4</sup>; ROSA, Joaquim Martins da<sup>5</sup>; MEIRELLES, Gabriel Barros<sup>6</sup>.

<sup>1</sup> Centro Ecológico, [dornelles\\_florestal@yahoo.com.br](mailto:dornelles_florestal@yahoo.com.br); <sup>2</sup> Agroindústria Morro Azul, [anebecker@gmail.com](mailto:anebecker@gmail.com); <sup>3</sup> Agroindústria Morro Azul, [marcelopjr@gmail.com](mailto:marcelopjr@gmail.com); <sup>4</sup> Centro Ecológico, [gabivgarcia@gmail.com](mailto:gabivgarcia@gmail.com); <sup>5</sup> Centro Ecológico, [joaquimmrd@gmail.com](mailto:joaquimmrd@gmail.com); <sup>6</sup> Centro Ecológico, [meirelles.gb@gmail.com](mailto:meirelles.gb@gmail.com)

### **RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA**

#### **Eixo Temático: manejo de agroecossistemas**

**Resumo:** No litoral norte do RS a experiência da cadeia produtiva do açaí da palmeira Juçara (*Euterpe edulis*) vem mostrando as possibilidades ambientais e econômicas da produção em sistemas agroflorestais. A partir da experiência de uma agroindústria local, a Agroindústria Morro Azul, de Três Cachoeiras, o presente relato visa demonstrar como a organização da produção, do processamento e da comercialização faz com que a unidade de processamento seja o ator central na organização das famílias e no estabelecimento de redes de cooperação entre os diferentes elos da cadeia. O litoral norte do RS possui mais de 300 hectares de áreas reconhecidas como sistemas agroflorestais e/ou extrativistas, demonstrando o grande potencial para gerar alternativas à produção convencional, através da valorização dos produtos da sociobiodiversidade.

**Palavras-Chave:** palmeira juçara; sistemas agroflorestais; agroindústria.

#### **Contexto**

O movimento agroecológico busca constantemente dialogar com esferas da sociedade que abarcam a diversidade de situações de produção e consumo de alimentos, em harmonia com questões caras à preservação ambiental e a geração de renda para famílias de agricultores. Para dar conta dessa dialogicidade, diversos elementos e atores se organizam em torno das cadeias socioprodutivas, estabelecendo laços e construindo caminhos que vão desde o plantio até a mesa dos consumidores.

O presente trabalho parte de um esforço para demonstrar como esses laços contribuem para que, através do estabelecimento de uma cadeia produtiva de açaí juçara (*Euterpe edulis*) no litoral norte do Rio Grande do Sul – RS, os atores contribuam para o resgate e restabelecimento da diversidade florestal do território. Para dar conta do proposto, apresentamos o caso da produção de polpa de açaí



juçara, na agroindústria Morro Azul, em Três Cachoeiras, sob assessoria do Centro Ecológico<sup>1</sup>.

A região entendida como litoral norte do RS, para fins deste trabalho, compreende o território de municípios componentes do *Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida de Agroecologia*, compostos por: Torres, Mampituba, Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Três Forquilhas, Osório, Caraá, Rolante, Terra de Areia, Santo Antônio da Patrulha e Itati. A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores, entidades de assessoria e organizações de consumidores (Dornelles, 2016), que, desde 1998 (Padula, 2013) realiza a organização de grupos e núcleos em torno dos temas que abrangem a agroecologia. Dentre esses, destacamos o estabelecimento e fortalecimento dos sistemas agroflorestais e extrativistas, como ponto de partida para o presente relato.

Fortalecer e incentivar o estabelecimento dos sistemas agroflorestais sempre pareceu, aos atores e colaboradores da Rede, uma das, senão a mais importante via para aliar produção, geração de renda, preservação dos recursos naturais e restauração florestal. Esse pensamento vai na contramão da aplicação histórica do pensamento colonial nas políticas agrícolas, que vê na monocultura sua única expressão: “onde é floresta não é agricultura. E onde é agricultura, não é floresta.” (Steenbock e Coelho-de-Souza, 2022). Desde os primórdios da Rede Ecovida, portanto, estabelecer esses caminhos, seja através do incentivo ao uso dos produtos da floresta, seja através do diálogo com entidades, seja através do incentivo aos cultivos diversificados, fez parte do DNA de suas ações.

Disto resulta que, em 2010, inicia-se o processo de estruturação de uma cadeia de comercialização solidária de frutas nativas: A Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas do RS - CPFSN, estabelecida formalmente em 2011 e formada por atores que atuam dentro do tema, organizados a partir de suas regiões para fortalecer o diálogo entre agricultores, grupos, empreendimentos, entidades, universidades e poder público (Dornelles, 2016). Cada região, portanto, identifica, dentro do arcabouço de espécies nativas com potencial alimentar, aquelas que estão mais aptas a se organizar para produção e processamento, levando em consideração os fatores de palatabilidade, duração, facilidade de despoupa e adaptação aos sistemas agroflorestais e extrativistas. A CPFSN objetiva contribuir com a conservação dos ecossistemas através do uso das espécies da biodiversidade nativa historicamente subutilizadas (Longhi et. al, 2022).

Esse diálogo, no decorrer de 13 anos, já teve diversos resultados importantes, dentre eles, a valorização dos serviços ecossistêmicos através da certificação agroflorestal e extrativista (Steenbock e Coelho-de -Souza, 2022). Resumidamente, a certificação envolve a aplicação de diferentes instrumentos legais de forma contextualizada a cada área de produção (Steenbock e Coelho-de

---

<sup>1</sup> O Centro Ecológico é uma ONG que desde 1985, trabalha para viabilizar avanços sustentáveis na produção agrícola, mediante a adoção de tecnologias alternativas orientadas pela filosofia da preservação ambiental e da justiça social. Através de visitas, reuniões, cursos e oficinas de capacitação e planejamento, o Centro Ecológico Ipê assessora organizações de agricultores familiares na produção, processamento e comercialização de alimentos ecológicos. Uma decorrência natural deste trabalho é a busca do resgate e manejo da biodiversidade agrícola e alimentar, o estímulo à organização de produtores e consumidores, o desenvolvimento de mercados locais para produtos ecológicos e o estímulo a formulação de políticas públicas que incentivem uma agricultura sustentável. (disponível no site da entidade – vide referências ao final do documento)



-Souza, 2022), reconhecendo o trabalho realizado pelos agricultores, na perspectiva de aliar produção e preservação.

Eis a contribuição da ação para o manejo de agroecossistemas: ao demonstrar a capacidade de reprodução econômica de produtos não convencionais (que na região são, predominantemente, a banana e o arroz), traz alternativas para a diversificação dos arranjos produtivos locais, sem perder de vista o fator da recomposição florestal das paisagens e criando identidades tecnológicas específicas ao local.

### **Descrição da Experiência**

As ações com frutas nativas estiveram, desde o início da década de 2000, presentes na agenda de trabalho do Centro Ecológico e, por consequência, dos grupos assessorados pela entidade. Isso ocorre por ser esse um trabalho intimamente ligado às ações com sistemas agroflorestais: segundo o entendimento da entidade, não é possível discutir diversificação em arranjos produtivos, sem levar em consideração os elementos da sociobiodiversidade local. A identificação dos produtos com potencial para utilização parte, portanto, da avaliação de elementos fundamentais: (a) a ocorrência no ecossistema local; (b) a utilização desses para a alimentação dos agricultores e/ou povos tradicionais (podendo ser ainda, seu potencial como utilização para artesanato ou outras aplicações úteis para a reprodução social das pessoas); (c) o potencial de uso econômico dos produtos oriundos das espécies consideradas; (d) a aceitação no mercado consumidor (inclusive na merenda escolar); (e) capacidade de cultivo junto aos arranjos produtivos convencionais, como forma de conversão para sistemas diversificados e orgânicos de produção; (f) seu potencial em arranjos extrativistas e; (g) a importância da preservação da espécie para o ecossistema local.

A palmeira juçara (*Euterpe edulis*) possui ocorrência desde o centro do estado do RS (havendo áreas de produção em municípios do Vale do Taquari), até o sul da Bahia, tendo um amplo território e sendo uma espécie de fundamental importância para o ecossistema no qual está inserido. Especificamente para o uso humano, historicamente vem sendo explorada por conta de seu palmito, que, por suas características de sabor e maciez, são amplamente apreciados. Esse fato levou a espécie a constar na lista crítica de espécies ameaçadas de extinção, uma vez que a extração do palmito pressupõe corte da planta e não há rebrote. Isso, aliado ao processo de desmatamento irrefreado ocorrido historicamente em toda zona de ocorrência do Bioma Mata Atlântica, fez com que a espécie praticamente desaparecesse do território do litoral norte do RS, à exemplo de todo bioma.

Ocorre que, além de seu palmito, a palmeira juçara possui outro produto saboroso e com características importantes para a saúde humana: seu fruto. Tradicionalmente utilizado pelos povos locais, desde meados da década de 2000, o Centro Ecológico vem apostando no estabelecimento de uma cadeia produtiva da polpa da palmeira juçara, o chamado Açaí de Juçara, em parceria com unidades de processamento locais e cooperativas de produtores.

A Agroindústria Morro Azul, empreendimento familiar de processamento de produtos ecológicos, de propriedade da Família Becker, de Três Cachoeiras - RS,



vem apostando na polpa de juçara como um produto importante para a geração de renda e também para a popularização do manejo em sistemas agroflorestais. De início, a agroindústria foi pensada como um espaço para o processamento de produtos diversos como geleias, doces, entre outros, como forma de dar alternativas de renda para produtos fora do padrão ou com excesso de produção. Com a inserção dos produtos da palmeira juçara, no entanto, essa se tornou a principal fonte de renda da família, viabilizando, ainda, outras famílias envolvidas.

A família está envolvida em toda a cadeia produtiva: plantio, colheita, mobilização de famílias, processamento, vendas. Abaixo, algumas imagens que ilustram as atividades:

Figura 01: fases da produção da polpa de juçara



Fonte: elaborado pelos autores

A agroindústria possui uma rede de colaboradores que inclui quase 80 famílias de produtores de frutos, 06 colhedores, 09 colaboradores na despolpa (seleção dos frutos, sanitização, despolpa e embalagem), 02 vendedores e mais de 50 lojas e escolas parceiras na compra de produtos, especialmente através de parceria com uma cooperativa de produtores locais, a Econativa.

Os produtores de frutos são incentivados a certificar como agrofloresta e/ ou áreas de extrativismo sustentável as suas unidades de colheita, e, no ano de 2023 está se fazendo um mapeamento das matrizes de palmeira para manter a diversificação genética da espécie.

E essas ações são de fundamental importância para que hoje, o litoral norte do RS tenha aproximadamente 300 hectares de área reconhecida como produtora diversificada de produtos da sociobiodiversidade. Ligados à uma cadeia socioprodutiva que garante aos atores da cadeia, a renda gerada passa da cifra de meio milhão de reais/ano, garantindo preservação dos recursos naturais, geração de renda e alternativas à produção em monocultura de banana e arroz, que são as principais culturas da região, evitando, ainda, a utilização de milhares de litros de agrotóxicos que ficariam no ambiente gerando todo tipo de impacto.



## Resultados

No ano de 2022, o RS contava com 189 propriedades rurais reconhecidas como áreas de produção agroflorestal, somando 950 hectares de áreas de manejo, e o número sobe a cada recontagem. Especificamente no litoral norte do RS, são 300 hectares de área reconhecidas e certificadas.

Essas áreas, presentes em mais de 80 famílias de agricultores, proporcionam a produção de cerca de 20 toneladas/ ano, em média, de polpa de juçara. Essa polpa fornece alimento saudável e de qualidade para mais de 50 empreendimentos em todo litoral e na região metropolitana do estado, e enriquece a merenda escolar de mais de 2.000 alunos da região.

Fomentar e fortalecer empreendimentos que viabilizem os caminhos da cadeia produtiva permite manter áreas diversificadas de produção, bem como valorizar o produto através de empreendimentos familiares locais, que dialogam e conhecem as pessoas do local, não sendo uma relação exclusivamente empresarial.

A cadeia produtiva local permite que as pessoas se reúnam e conversem, seja no momento da colheita, do processamento, da venda, ou mesmo nas reuniões de planejamento e avaliação de resultados que são realizadas.

A Agroindústria Morro Azul, pode ser considerada, portanto, o coração pulsante de um processo que mostra que é possível aliar renda, preservação e produção, valorizando algo que é mais sólido que o dinheiro: relações saudáveis e dialógicas entre as pessoas.

## Referências bibliográficas

CENTRO ECOLÓGICO. **Histórico**. 2023. Disponível em: <https://www.centroecologico.org.br/historico>. Acesso em: 02 jul. 2023.

DORNELLES, Carla P. N. **Aprendizagem sobre aprendizagem no âmbito das ONGs Agroecológicas: o caso do CETAP**. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

LONGHI, Alvir; TEIXEIRA, Andressa; RUBIN, Betina; BASSI, Joana. A certificação agroflorestal e extrativista e o fortalecimento de novos processos socioprodutivos: percepções da Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas. In: URRUTH, Leonardo M; BASSI, Joana; CHEMELLO, Davi; QUADROS, Mateus R.; STEENBOCK, Walter. **Certificação Agroflorestal: a experiência do Rio Grande do Sul na regularização de manejos de base ecológica e no incentivo aos produtos da sociobiodiversidade**. Brasília: Instituto Chico Mendes – ICMBio, 2022. p. 57 – 63.

PADULA, Juliana. et al. Os Caminhos da Agroecologia no Brasil. In: COSTA GOMES, J.; SANTOS, W. W. **Agroecologia: Princípios e Reflexões Conceituais**. Brasília:

EMBRAPA, 2013. p. 37 – 72. Coleção Transição Agroecológica: 1



STEENBOCK, Walter et al. **Certificação Agroflorestal: a experiência do Rio Grande do Sul na regularização de manejos de base ecológica e no incentivo aos produtos da sociobiodiversidade.** Brasília: Instituto Chico Mendes – ICMBio, 2022. p. 7 – 14.